

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.651.849 - RJ (2020/0014359-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : VALERIA CRISTINA GOMES LIBERATORI**  
**ADVOGADO : SYLVIO LUIZ SILVA PASSOS - RJ067339**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO - REMESSA OFICIAL / APELAÇÃO CÍVEL - CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS - SENTENÇA MANTIDA - JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA EX OFFICIO - HONORÁRIOS RECURSAIS - REMESSA OFICIAL / APELAÇÃO DO INSS DESPROVIDAS.

Alega violação do art. 42, § 2º, da Lei n. 8.213/91, no que concerne à impossibilidade de concessão de benefício por incapacidade a quem, comprovadamente, reingressa no Regime Geral de Previdência Social já portador da doença causadora da incapacidade, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Cuida-se de Julgado que concedeu aposentadoria por invalidez à parte autora ainda que expressamente reconheça que a incapacidade antecede o seu reingresso ao RGPS. Nesse contexto, o recurso enquadra-se na alínea "a", do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, pois o v. acórdão recorrido, ao conceder benefício por incapacidade a quem, comprovadamente, se filiou ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença causadora da incapacidade, feriu diretamente o § 2º. do caput do art.42 da Lei 8.213/91, respectivamente (fls. 256).

Da simples leitura do trecho citado, verifica-se que o acórdão hostilizado, conquanto reconheça expressamente a precedência da doença à nova filiação ao RGPS, tenta distorcer os termos legais, de modo a desconsiderar o reingresso como modalidade de filiação para afastar a incidência do parágrafo 22. do art. 42 da Lei 8.213/91 (fls. 256).

Nesse contexto, uma vez assentada a premissa de que o autor já estava incapacitado ao retornar ao RGPS, a questão juris em debate se resume em saber se o reingresso ao Sistema após a perda da qualidade de segurado implica ou não em nova filiação (fls. 256).

E não poderia ser diferente, eis que, como se sabe, a filiação é o

vínculo jurídico existente entre o trabalhador e o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, sendo a condição que assegura o direito subjetivo às prestações. Outrossim, sempre que perdida a qualidade de segurado, rompe-se o liame que liga o segurado ao Regime, a filiação desaparece, mas pode ser restabelecida com o retorno ao trabalho e às contribuições ao Sistema, configurando, pois, uma nova filiação, que decorre de um novo vínculo, distinto do anterior. Destarte, ao contrário do que tenta fazer o acórdão recorrido, não há distinção entre ingresso ou reingresso ao sistema previdenciário. Ambos representam a filiação, o perfilhamento, a entrada no Regime. O retorno, obviamente, representa uma refiliação, ou seja, uma nova filiação, um novo vínculo, distinto daquele anterior que fora perdido (fls. 257).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Saliente-se que nem mesmo o I. Perito afirma uma data de surgimento da incapacidade, como sugere a apelante, limitando-se o Expert, tão somente, a atestar a “possibilidade” de surgimento desta em 2011.

Nesse contexto, observa-se que os laudos, exames e prescrições médicas dos anos de 06/11/2013 (fls.08) a 2015, em fls. 13/21 do evento 1 e 01/21 do evento 2, indicam a evolução das patologias da autora nesse interregno (fls. 239).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente